

BALANÇO PATRIMONIAL

LOPES PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ: 20.608.528/0001-55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas
A Administração da Companhia Lopes Participações S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31/DEZ/25.
A Companhia tem por objetos a realização de investimentos em empreendimentos e/ou participação no capital de outras empresas (holding), sediadas no Brasil ou no exterior, na condição de sócia, acionista e/ou quotista, com recursos próprios e/ou incentivados.

No exercício, foi registrado Prejuízo Líquido de R\$ 9.515.174. Finalizando, agradecemos a confiança e o apoio dos Senhores Acionistas, bem como a dedicação e o empenho de todos, colocando-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Daniela de Andrade Lopes Gomes
Pp/ Antonio Aparecido Zapatosni
Pp/ José Henrique de Souza Gomes

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ 1,00

	ATIVO				PASSIVO				
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
	Nota	2025	2024	2025	2024	2025	2024		
CIRCULANTE		569	848	180.471.977	130.526.759				
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	564	848	12.832.131	13.119.084				
Contas a Receber de Clientes	7	-	-	46.704.324	33.125.586				
Estoque	8	-	-	74.677.311	51.719.387				
Tributos a Recuperar	9	5	-	31.123.494	27.131.958				
Outros Créditos	10	-	-	14.356.832	4.594.871				
Despesas do Exercício Seguinte	-	-	-	777.885	835.873				
NÃO CIRCULANTE		99.367.451	108.426.341	139.893.147	123.559.443				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		686.485	516.772	61.716.703	48.807.702				
Partes Relacionadas	11	686.485	516.772	53.327.089	48.586.320				
Depósitos Judiciais	23.1	-	-	1.971.662	1.560.094				
Tributos Diferidos	12	-	-	6.417.972	661.288				
INVESTIMENTOS		13	98.680.966	107.909.569	5.226.289	4.526.122			
IMOBILIZADO		14	-	-	68.702.606	65.931.364			
INTANGÍVEL		15	-	-	4.247.549	4.294.255			
TOTAL DO ATIVO		99.368.020	108.427.189	320.365.124	254.086.202				

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ 1,00

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(9.505.070)	35.383.330	(9.515.174)	35.431.881
Ajustes do Resultado do Exercício	9.436.103	(35.465.865)	7.207.808	9.556.057
Depreciação e Amortização	-	-	9.182.834	6.259.760
Baixas de Ativo Imobilizado	-	-	2.790.071	2.998.330
Equivalência Patrimonial	9.436.103	(35.465.865)	-	-
Tributos Diferidos	-	-	(5.756.684)	(149.223)
Provisão para Contingências	-	-	(85.000)	212.186
Perdas Estimadas O Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	390.560	191.705
Ajuste a Valor Presente	-	-	20.225	8.299
Provisão para Estoques Obsoletos	-	-	105.802	35.000
(Acréscimo) Decréscimo em Ativos Operacionais	(5)	-	(51.720.324)	28.140.425
Contas a Receber de Clientes	-	-	(14.549.523)	29.874.891
Estoque	-	-	(23.063.726)	357.359
Outras Receitas/Outras Despesas	(5)	-	(3.991.524)	(2.924.924)
Tributos a Recuperar	-	-	(9.761.973)	1.279.081
Outros Créditos	-	-	57.990	(121.599)
Despesa do Exercício Seguinte	-	-	(411.568)	(324.383)
Depósitos Judiciais	-	-	-	(24.383)
Acrescimo (Decréscimo) em Passivos Operacionais	(93)	1.563	(9.964.840)	(58.218.861)
Fornecedores	-	-	1.173.217	(2.456.775)
Remunerações e Provisões	-	-	(1.218.845)	813.333
Impostos, Taxas e Contribuições	(93)	1.563	(4.567.370)	(5.423.456)
Adiantamentos de Clientes	-	-	(1.075.979)	(9.915.749)
Outros Débitos	-	-	(4.275.863)	(41.236.214)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(69.065)	(80.972)	(63.992.530)	14.909.502
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Investimentos	-	(9.900)	(700.167)	(482.806)
Aquisições de Imobilizado e Intangível	-	-	(14.697.441)	(37.906.559)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(207.500)	(308.700)	-	-
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(207.500)	(318.600)	(15.397.608)	(38.389.365)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Empréstimos e Financiamentos	-	-	85.843.935	22.412.525
Partes Relacionadas	276.281	396.204	(6.740.750)	(15.294.311)
Integralização/Aumento de Capital	-	-	-	100
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	276.281	396.204	79.103.185	7.118.314
(REDUÇÃO) LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	(284)	(3.368)	(286.953)	(16.361.549)
Início do exercício	848	4.216	13.119.084	29.480.633
Final do exercício	564	848	12.832.131	13.119.084
(REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	(284)	(3.368)	(286.953)	(16.361.549)

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODO DE 31/12/2023 A 31/DEZ/25 - Em R\$ 1,00

	ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS CONTROLADORES				Participação Não Controladores	Total Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Lucros (Prejuízos) do Exercício		
	2025	2024	2025	2024		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	5.852.872	1.170.576	63.959.273	-	111.709	71.094.430
Integralização de Capital	-	-	-	-	100	100
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	35.383.330	48.551	35.431.881
Destinação para reserva de lucros a realizar	-	-	35.383.330	(35.383.330)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	5.852.872	1.170.576	99.342.603	106.366.051	160.360	106.526.411
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	(9.505.070)	(10.104)	(9.515.174)
Destinação (Abatimento) para reserva de lucros a realizar	-	-	(9,505,070)	9,505,070	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	5.852.872	1.170.576	89.837.533	96.860.981	150.256	97.011.237

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional

A Companhia Lopes Participações S.A., com sede em Londrina, estado do Paraná, foi constituída em 06/JUL/14. A Companhia tem por objetivo a realização de investimentos em empreendimentos e/ou a participação no capital de outras empresas (holding), sediadas no Brasil ou no exterior, na condição de sócia, acionista e/ou quotista, com recursos próprios e/ou incentivados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas conforme Pronunciamento Técnico CPC 36 – demonstrações consolidadas (IAS 27). Destacamos as empresas incluídas na consolidação e as participações detidas, diretas e indiretamente, pela Companhia:

Controladas	% de Participação 31/DEZ/2025
Paratloa Transportes LTDA.	98,54%
P. B. Lopes & Cia. LTDA.	99,87%
Dona Amélia Agropastoril LTDA.	99,99%
Paratloa Administração e Locação de Imóveis LTDA.	99,94%
FDA Transportes e Logística LTDA.	99%

A Paratloa Transportes LTDA. é controlada de forma indireta pela Companhia, uma vez que a P. B. Lopes & Cia. LTDA. é quem detém diretamente a participação de 98,54%. A Paratloa Transportes LTDA. tem como atividades principais o transporte, rodoviário de cargas, produtos perigosos, mudanças, organização logística do transporte de cargas e prestação de serviços de locação de caminhão.

A P. B. Lopes & Cia. LTDA. é controlada direta da Companhia. Trata-se de uma sociedade que tem como atividades preponderantes o comércio de caminhões e ônibus da marca SCANIA, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica, através de concessionárias autorizadas.

A Dona Amélia Agropastoril LTDA. é controlada direta da Companhia. A sociedade tem como objeto social a exploração agropastoril, agrícola e pecuária. Cria e cria de bovinos, ovinos e frangos para corte. Cria e cria de muare e equinos para comercialização, bem como a comercialização dos produtos obtidos de suas atividades.

A Paratloa Administração e Locação de Imóveis LTDA. é controlada direta da Companhia. A sociedade tem como objeto social a prestação de serviços de administração e locação de imóveis bem como a compra e venda de imóveis.

A FDA Transportes e Logística LTDA. é controlada direta da Companhia. A sociedade tem como objeto social o transporte, rodoviário de cargas, organização logística do transporte de cargas e prestação de serviços de locação de caminhão.

2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Dentre as referências práticas se incluem a Lei nº 11.638/07, que modificou a Lei nº 6.404/76, e a nº 11.941/09. Adicionalmente, por se tratar de uma sociedade anônima, cujo faturamento a enquadra na categoria de sociedade de grande porte, as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas conforme interpretação do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 6.404/76.

A autorização para a conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pela diretoria da Companhia em 16/ABR/26.

2.2 Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de mercadorias é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- Houver a transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- Quando não é mantido envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos em grau

normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;

- O valor da receita poder ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, no caso da venda de caminhões e ônibus, a receita de vendas é reconhecida quando tais produtos são entregues aos clientes, e a titularidade legal do ativo é transferida.

As receitas decorrentes das vendas de outros produtos são reconhecidas quando da entrega e transferência legal da titularidade destas.

As receitas, por serviços de assistência técnica prestados, são reconhecidas no resultado do exercício por ocasião da conclusão total da prestação do serviço, não havendo qualquer incerteza sobre a sua aceitação pelo cliente.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

b) Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

d) Contas a receber

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos. A estimativa para perdas com crédito de clientes é constituída com base em análise do percentual histórico de perda dos valores a receber e em montante considerado pela administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

As Controladas, embora tenham efetuado o cálculo do ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, utilizando taxa de desconto que reflete o efeito do dinheiro no tempo e tomando como base taxas de mercado, sobre as operações de longo e curto prazo, não identificaram efeito relevante que justificasse registros contábeis nesse sentido.

e) Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia é registrada de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem, conforme a classificação dos ativos e passivos financeiros.

f) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos, quando atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

g) Tributação

g.1) Tributação sobre o Resultado

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social correntes está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no

qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos e suas consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.

g.2) Tributação sobre a receita

A receita bruta da Companhia, composta principalmente pela venda de veículos e de peças de manutenção, bem como pela prestação de serviços de manutenção, sofre a tributação por tributos federais (PIS/Cofins), estaduais (ICMS) e municipais (ISS).

PIS e Cofins: Com enquadramento no regime não-cumulativo de apuração dessas contribuições, aplicando a regra geral as receitas das Empresas que são tributadas às alíquotas básicas de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins, sendo que as despesas inerentes a essas contribuições são apresentadas como deduções de vendas na demonstração do resultado.

ICMS - As operações de vendas estaduais obedecem à tributação interna de cada unidade federativa, sendo que os percentuais de tributação variam entre 17% e 19,5 %. A despesa inerente ao ICMS sobre as operações de venda é apresentada como dedução de vendas na demonstração do resultado.

ISS - Os serviços prestados sujeitam-se à incidência do ISS sobre o valor da operação, obedecendo à tributação estabelecida em cada município, no qual é prestado o serviço. As alíquotas de ISS para os municípios nos quais há prestação de serviços variam de 3% a 5%. A despesa inerente ao ISS sobre os serviços prestados é apresentada como dedução de vendas na demonstração do resultado.

h) Imobilizado

Edificações, móveis, utensílios, instalações, ferramentas, máquinas, equipamentos de informática e veículos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e, quando aplicável, perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. Na vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia optou pela não adoção do custo atribuído ("deemed cost"), por entender que não existe diferença significativa entre os valores contábeis dos bens registrados nas demonstrações financeiras e os seus respectivos valores justos, uma vez que os saldos da rubrica do ativo imobilizado são representados substancialmente por máquinas, equipamentos de informática, móveis e utensílios, veículos e outros, para os quais a administração entende que não há diferenças significativas entre os valores contábeis e os seus respectivos valores justos.

i) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

BALANÇO PATRIMONIAL

desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

p) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, uma vez que sua exposição a riscos de volatilidade de taxa de juros e de câmbio é muito baixa.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando à seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários, provisões para créditos de liquidação duvidosa, perdas nos estoques, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, e avaliação de redução do valor recuperável de ativos. Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas.

5 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e alterações posteriores, observando aspectos dos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e as resoluções do CFC - Conselho Federal de Contabilidade, especialmente as determinações contidas na NBC TG 18 - Investimento em Coligada e em Controlada.

As demonstrações financeiras e notas explicativas estão expressas em R\$ 1,00. Dessa forma, as demonstrações financeiras consolidadas representam a soma de demonstrações individuais, com a eliminação de saldos e transações entre as entidades consolidadas, bem como ajustes decorrentes de eventuais resultados ainda não realizados entre essas entidades.

6 Caixa e Equivalentes de Caixa

São constituídos pelos saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Caixa	-	-	310.266	216.392
Bancos	564	848	5.266.017	448.772
Aplicações financeiras	-	-	7.255.848	12.453.920
Total	564	848	12.832.131	13.119.084

As aplicações são de curtíssimo prazo com possibilidade de resgate a qualquer momento.

7 Contas a Receber de Clientes

O saldo desta conta está composto pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Duplicatas e títulos a receber	-	-	48.478.729	33.964.256
Cheques a receber	-	-	35.050	(8.401)
(+) Ajuste a valor presente	-	-	(28.560)	(8.401)
(-) Perdas estimativas em créditos de liq. duvidosa	-	-	(1.780.829)	(830.269)
Total	-	-	46.704.324	33.125.585

A composição de duplicatas e títulos a receber, em 31/DEZ/25, por idade de vencimento é como segue:

Descrição	31/DEZ/25
A Vencer	23.069.248
Vencidos até 30 dias	19.578.145
Vencidos de 31 a 60 dias	1.193.844
Vencidos de 61 a 90 dias	1.259.348
Vencidos acima de 91 dias	3.384.570
Perdas estimativa em crédito de liq. duvidosa	(1.780.829)
Total	46.704.324

O montante de títulos vencidos é representado, principalmente, por faturamentos de veículos vinculados a processo de financiamento da modalidade FINEME. Os recursos são liberados em média de 45 (quarenta e cinco) dias.

A Administração constituiu perdas estimativa em créditos de clientes vencidos acima de 180 (cento e oitenta) dias que estão em cobrança jurídica. A despesa com a constituição da estimativa é registrada na demonstração do resultado.

8 Estoques

O saldo desta conta está composto pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Mercadorias para revenda	-	-	59.208.256	41.978.313
Imóveis para revenda	-	-	857.486	857.486
Bovinos para venda	-	-	13.463.388	7.323.675
Material de consumo	-	-	1.348.235	1.234.942
Mercadorias em trânsito	-	-	89.931	154
(-) Provisão para estoques obsoletos	-	-	(289.985)	(184.183)
Total	-	-	74.677.311	51.719.387

Mercadorias em trânsito, representam essencialmente operações de fornecimento de veículos e peças já contratadas com a Scania, cuja entrega não se efetivou até 31/DEZ/25. Imóveis para revenda corresponde a estoque de imóveis (terrenos e respectivas edificações) disponíveis para venda. A provisão para estoques obsoletos (peças) é calculada com base nos estoques sem movimentação acima de um ano e que não podem ser utilizados em outros processos de conserto.

O saldo de estoque de mercadorias para revenda compreende 54 unidades de veículos que permaneceram em DEZ/25 para comercialização de 2026.

A variação no estoque de bovinos deve-se à compra de animais durante o ano (639 animais), bem como nascimentos (3.133 animais) que se enquadram na faixa 0 a 12 meses.

9 Tributos a Recuperar

O saldo desta conta está composto pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24	31/DEZ/25	31/DEZ/24
ICMS a recuperar*	-	-	29.931.353	26.650.315
IR retido por terceiros	5	-	451.709	72.430
IR/CSLL a restituir	-	-	467.189	99.327
CSLL/PIS/COFINS retido por terceiros	-	-	273.243	309.886
Total	5	-	31.123.494	27.131.958

*O saldo de ICMS a recuperar, foi gerado a partir da instituição pelo estado do Paraná da alíquota adicional de 2% destinada ao Fecop (Fundo Estadual de Combate à Pobreza), sobre o faturamento de veículos novos e a determinação de que esse valor não poderia ser compensado com saldo credor, sendo que o referido valor deveria ser recolhido em guia GR-PR distinta e com código específico. As filiais estabelecidas nesse Estado passaram a acumular saldo credor do ICMS. A partir de dezembro de 2025 foi permitido compensar o saldo até o limite do valor a receber.

Também é composto de valor de ICMS adquirido de Agroindustrial Iguatemi, que foi sendo abatido dos saldos gerantes na filial de Campo Grande - MS, durante o ano de 2024 e 2025, limitado a 30% do montante apurado mensalmente.

10 Outros Créditos

O saldo desta conta está composto pelos seguintes valores:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Conta Corrente com Scania	-	-	1.185.913	1.677.714
Adiantamentos a fornecedores	-	-	331.407	301.022
Adiantamentos a empregados	-	-	1.119.718	1.286.806
Outras Contas a receber	-	-	11.716.047	1.325.582
Compras para entrega futura	-	-	3.747	3.747
Total	-	-	14.356.832	4.594.871

Conta corrente com Scania representa os direitos da controlada P.B. Lopes & Cia LTDA, junto à Fábrica, mantidos sob controle pela própria Scania via sistema próprio (CoresNet/Eco-Fin), representado por notas de créditos/débitos pendentes para formalização e liquidação futura.

Adiantamentos a fornecedores referem-se a fornecedores não relacionados diretamente ao estoque ou imobilizado, corresponde, basicamente, à prestação de serviços.

Adiantamentos a empregados correspondem a adiantamentos de férias concedidos aos empregados que não haviam completado, até DEZ/25, o período aquisitivo, entre outros adiantamentos.

Outras contas a receber correspondem a valores a receber por conta de contrato de prestação de serviço com Lats Latin América LTDA, e cota de consórcio contemplado de Scania Administradora de Consórcios LTDA e Bradesco Administradora de Consórcios LTDA., entre outros valores de pequena monta.

A variação no saldo de Outras Contas a Receber compreende a contemplação no ano de 2025, de 58 cotas de consórcio de adquiridas de Bradesco Administradora de Consórcio LTDA, cujo valor soma R\$10.029.957, montante que será resgatado em 2026.

Compreende também a liquidação de transferências de animais (bovinos) entre as fazendas Dona Amélia e Silvana que haviam ficado pendentes em DEZ/24.

11 Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas podem ser resumidas da seguinte forma:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Ativo não circulante	686.485	516.772	53.327.069	46.586.320
Incluídos em créditos com partes relacionadas	686.485	516.772	53.327.069	46.586.320
Imãos Lopes (a)	-	-	370.273	370.273
Espólio - Pedro Barboza Lopes (b)	-	-	18.575.368	17.805.137
Maria Cristina de Andrade Lopes (b)	-	-	1.502.208	1.444.446
Daniela de Andrade Lopes Gomes (b)	-	-	10.788.320	8.632.319
Espólio - Rodrigo de Andrade Lopes (b)	-	-	11.160.679	9.799.991
Gustavo de Andrade Lopes (b)	-	-	7.284.108	5.636.620
José Pedro de Almeida Lopes (b)	-	-	1.479.804	1.190.381
Lúvia de Almeida Lopes (b)	-	-	1.479.804	1.190.381
José Henrique de Souza Gomes	686.485	516.772	686.485	516.772
Passivo não circulante	2.505.108	2.059.114	1.752.965	1.752.965
Incluído em débitos com partes relacionadas	2.505.108	2.059.114	1.752.965	1.752.965
Espólio - Pedro Barboza Lopes (b)	1.274.834	1.274.834	1.670.283	1.670.283
Daniela de Andrade Lopes Gomes (b)	9.900	9.900	82.682	82.682
P.B. Lopes & Cia LTDA. (b)	1.220.374	774.380	-	-

(a) saldo a receber, pendente da operação de reestruturação societária de Imãos Lopes; (b) saldo remanescente de obrigações por lucros a distribuir e outras operações com os sócios.

As transações comerciais são realizadas a preços e condições definidas entre as partes, que consideram as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas. A remuneração da administração, pelos serviços prestados no exercício de 2025, foi de R\$ 894.518.

12 Tributos Diferidos

O saldo desta conta apresenta a seguinte composição:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24	31/DEZ/25	31/DEZ/24
IRPJ	-	-	4.719.097	486.241
CSLL	-	-	1.698.875	175.047
Total	-	-	6.417.972	661.288

Os ativos e passivos fiscais diferidos estão constituídos sobre os seguintes eventos:

Descrição	Saldo 2025	IRPJ	CSLL
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	1.780.829	445.207	180.275
Provisão para estoques obsoletos	289.985	72.496	26.099
Provisão para contingências	845.512	211.378	76.096
Prejuízo Fiscal	15.960.062	3.990.016	1.436.406
Total tributos diferidos reconhecido no resultado	4.719.097	1.698.875	-

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. A administração tem como política a revisão periódica dessas premissas e, se necessário, fará os ajustes nos valores dos créditos tributários contabilizados para refletir de maneira mais adequada a sua respectiva realização.

13 Investimentos

O saldo desta conta está composto por participação em controladas e propriedades para investimentos e apresenta a seguinte composição:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Participações em controladas	98.680.966	107.909.569	-	-
P. B. Lopes & Cia LTDA.	87.930.985	101.066.894	-	-
Dona Amélia Agropastoril LTDA.	9.308.869	6.069.393	-	-
Partilha Adm. e Locação de Imóveis LTDA.	480.468	473.997	-	-
FDA Transportes LTDA.	960.644	299.285	-	-
Outros investimentos	-	-	2.180.625	2.159.228
Avaliados pelo custo de aquisição	-	-	2.180.625	2.159.228
Propriedades para investimentos	-	-	3.045.664	2.366.894
Cotas de consórcio	-	-	3.045.664	2.366.894
Total	98.680.966	107.909.569	5.226.289	4.526.122

Propriedade para investimento está composto por cotas de consórcio, referentes a valores pagos à Scania Administradora de Consórcios para aquisição futura de veículos. Usualmente a Companhia negocia as cotas de consórcio (geralmente já contempladas) com clientes ou outros interessados.

A participação em controlada está representada pelos percentuais de participação, direta e indiretamente, no capital social. A avaliação dos investimentos é pelo método de equivalência patrimonial:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Capital social integralizado	5.300.000	240.000	4.722.726	10.000
Resultados acumulados	82.745.444	9.069.800	(5.707.649)	960.347
Participação do capital em %	99,87%	99,94%	99,94%	99,00%
(+) Equivalência patrimonial	87.930.985	9.308.869	984.332	960.644
Tratados antes de equivalência	3.136.497	(1.14.826)	2.021.671	295.285
Res. da equiv. patrimonial - result. do ano	(13.135.909)	3.239.478	(201.028)	661.359

14 Imobilizado

A controladora não possui ativo imobilizado. O saldo do imobilizado das controladas apresenta a seguinte composição:

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil do ativo imobilizado, conforme determinado na legislação, a qual exige que a vida útil e o valor residual sejam revisados no mínimo a cada exercício.

Quadro da movimentação do ativo imobilizado das controladas:

Descrição	Consolidado			
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido em 31/DEZ/25	Líquido em 31/DEZ/24
Terrenos	14.660.466	-	14.660.466	14.660.466
Edificações	18.165.030	(5.181.318)	12.983.712	12.255.218
Obras em andamento	4.610.477	-	4.610.477	3.596.885
Imóveis em processo de construção	6.767.795	(1.637.225)	5.130.570	4.210.578
Fermentais/máq./eq.	10.985.485	(5.762.089)	5.223.396	4.491.517
Móveis e utensílios	4.877.544	(2.945.648)	1.931.896	1.690.919
Equip. de informática	3.100.330	(2.132.173)	968.157	1.179.847
Instalações	5.751.075	(2.902.004)	2.849.071	2.972.575
Veículos	21.122.708	(8.164.603)	12.958.105	12.327.706
Tratores e implementos	3.136.497	(1.14.826)	2.021.671	335.219
Bens arrendados	164.295	(112.351)	51.944	84.803
Terra nua	237.197	-	237.197	237.197
Cercas e estradas	82.745.444	(6.047)	75.253	78.505
Pastagens	901.602	(182.281)	719.321	764.402
Matrizes bovinas	8.983.425	(4.747.725)	4.235.700	8.074.704
Outros	17.780	(17.780)	-	3.777
Animais de trabalho	23.174	(18.476)	4.698	9.333
Cavalos e equas	65.005	(27.388)	37.617	34.915
Jumentos e jumentas	39.569	(38.609)	960	10.126
Ovinos	4.661	(2.266)	2.395	3.327
Totais	103.695.415	(34		

BALANÇO PATRIMONIAL

25 Receita Líquida

A composição da receita operacional líquida é como demonstrada no quadro a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Vendas	-	-	879.019.144	1.362.400.124
Prestação de serviços	-	-	66.219.654	68.828.386
Deduções vendas/serviços	-	-	-	-
Impostos s/ vendas e serviços	-	-	(72.342.092)	(156.923.126)
Devolução e abatimentos	-	-	(2.248.451)	(5.692.404)
Receita líquida operacional	-	-	670.646.255	1.268.612.980

A variação negativa nos valores de receita líquida deve-se a diminuição nos faturamentos de veículos novos, que passou de 1.379 unidades comercializadas em 2024 para 573 unidades comercializadas em 2025.

26 Custo das Vendas e Serviços

O custo está vinculado a vendas de veículos, vendas de peças e acessórios, venda de produtos de conveniência, venda de bovinos e da prestação de serviços:

Descrição	31/DEZ/25		31/DEZ/24	
	Custo das Vendas de Veículos	(408.442.124)	(981.127.323)	
Custo das Vendas de Peças e Acessórios	(129.017.645)	(102.941.139)		
Custo das Vendas de Bovinos	(10.820.457)	(11.222.854)		
Custo das Vendas de Serviços	(30.335.338)	(27.692.167)		
Total	(578.615.564)	(1.122.983.483)		

27 Despesas Gerais e Administrativas

Os principais valores que compõem as despesas gerais e administrativas são:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Despesas com pessoal	-	-	(26.565.814)	(24.896.331)
Despesas com alugueres	-	-	(429.418)	(1.308.619)
Depreciação/manutenção	-	-	(5.875.563)	(3.325.589)
Tributos/taxas	(702)	(789)	(543.727)	(653.115)
Serviços terceiros e frete	(29.653)	(44.393)	(9.091.161)	(7.319.771)
Campanhas e feiras	-	-	(218.657)	(332.228)
Material de escritório/consumo	-	-	(2.176.915)	(1.991.158)
Despesas com água/energia/telefone	-	-	(613.488)	(938.642)
Despesas diversas	-	-	(9.180.157)	(7.584.289)
Total	(30.355)	(45.182)	(54.694.900)	(48.949.742)

28 Despesas Comerciais

Os principais gastos que compõem as despesas comerciais são:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Despesas com pessoal	-	-	(29.661.765)	(33.600.795)
Despesas com alugueres	-	-	(943.922)	(1.339.518)
Depreciação/manutenção	-	-	(1.728.114)	(1.944.621)
Tributos/taxas	-	-	(463.824)	(678.124)
Serviços terceiros e frete	-	-	(4.188.338)	(4.035.649)
Campanha feiras/promoções	-	-	(1.306.975)	(1.615.225)
Material de escritório/consumo	-	-	(1.826.688)	(2.301.986)

Despesas com água/energia/telefone	-	-	(560.011)	(625.228)
Despesas diversas	-	-	(3.830.218)	(3.772.687)
Total	-	-	(44.209.855)	(49.913.833)

29 Outras Receitas (Despesas)

As outras receitas e despesas operacionais estão concentradas nas seguintes contas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Outras receitas operacionais	-	-	-	-
Recuperação de custo	-	-	3.957.995	633.356
Garantias e revisões peças/acessórios	-	-	45.191.124	49.800.766
Bonificações, indenizações e doações	-	-	856.468	8.608.191
Recomposição de margem - Scania, seguros e outros	-	-	6.258.408	7.254.615
Realização imobilizado/investimentos	-	-	747.780	1.418.000
Reversão de provisões	-	-	585.556	352.349
Outras receitas	-	-	3.504.173	1.635.654
Total	-	-	61.101.804	69.702.931

Outras despesas operacionais

Reposição de garantia	-	-	(34.815.711)	(38.682.087)
Despesas revisões	-	-	(4.704)	(809)
Garantia por conta concessionária	-	-	(728.755)	(891.258)
PLS e Cofins s/ outras receitas	(974)	-	(3.478.718)	(4.180.096)
Custo na realização de ativo imobilizado	-	-	(417.544)	(1.415.069)
Outras despesas	-	-	(1.004)	(4.593.504)
Total	(974)	(1.004)	(44.038.936)	(49.824.089)

Operacionais

Operacionais	(974)	(1.004)	17.062.568	19.878.842
---------------------	--------------	----------------	-------------------	-------------------

30 Resultado Financeiro Líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/25	31/DEZ/24	31/DEZ/25	31/DEZ/24
Receitas financeiras	-	-	-	-
Juros ativos	20.881	21.564	3.438.824	5.151.031
Rendimentos de aplicação financeira	22	-	880.665	1.288.539
Descontos obtidos	-	-	65.439	14.125
Variação monetária ativa	-	-	3.873	107.868
Total	20.903	21.564	4.388.801	6.561.560
Despesas financeiras	-	-	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(38.462)	(49.654)	(21.271.750)	(13.227.745)
Juros passivos sobre parcelamentos	-	-	-	-
IOF	(18.375)	(6.818)	(4.766.117)	(3.438.249)
Juros de mora	-	-	(1)	(2.211)
Despesas bancárias	(1.699)	(1.434)	(204.803)	(213.774)
Descontos concedidos	-	-	(195.356)	(338.447)
Despesas com cobrança	-	-	(87.976)	(90.272)
Variação monetária passiva	-	-	(2.071.673)	(518.619)
Outras financeiras	(5)	(6)	(17.240)	(100.847)
Total	(58.541)	(57.913)	(29.050.479)	(18.540.722)
Resultado Financeiro Líquido	(37.638)	(36.349)	(24.661.678)	(11.979.162)

31 Gerenciamento de riscos

As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado (moeda e indexadores), crédito e liquidez. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração. A Administração entende que os instrumentos financeiros detidos pela Companhia apresentam valores contábeis próximos aos seus respectivos valores justos.

a) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como perda estimada no valor recuperável. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de clientes e ações de cobrança.

b) Risco de taxa de juros

A exposição ao risco de taxa de juros está diretamente relacionada às flutuações de taxas de juros dentro e fora do país que trazem reflexos aos preços de ativos e passivos atrelados a estes. Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações nas taxas de juros decorrentes das aplicações financeiras, contratadas a taxas de juros flutuantes atreladas à variação do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) e das operações de empréstimos e financiamento, contratados à taxa de juros pré-fixadas, taxas de juros flutuantes atreladas à variação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e taxas de juros pré-fixadas atreladas à variação do dólar norte-americano.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencêrem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos.

e) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

32 Cobertura de Seguros – não auditado

As controladoras mantêm coberturas de seguros contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Daniela de Andrade Lopes Gomes - Sócia Administradora

Antonio Aparecido Zapatosni - Contador CRC/PR - 025047/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da Lopes Participações S.A. Londrina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lopes Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do resultado abrangente para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição, patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lopes Participações S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho, individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor Independente pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos - Demonstrações Financeiras Individuais

As empresas controladas P. B. Lopes & Cia LTDA, Paratopa Transportes LTDA, Paratopa Administração e Locação de Imóveis, Dona Amélia Agropastoril LTDA, e FDA Transportes LTDA, elaboraram um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre as quais emitimos relatórios de auditoria independente separados, não contendo qualquer modificação.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressa-

mos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do Auditor Independente pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das empresas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 16 de abril de 2026.

Paulo Sergio da Silva Paraillo Domingues da Silva Filho
Contador CRC/PR Nº 029.121/O-0 Contador CRC/PR Nº 035.538/O-4
CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES
CRCPR Nº 002.906/O-5
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO